



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

Processo Licitatório nº 004853/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de gestão pública em nuvem.

HC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.577.598/0001-89, com sede na Rua Campos Sales, nº 255, Bairro Santa Tereza, em Barbacena/MG, CEP 36.200-072, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. PABLO HERTHEL CANDIAN, portador do CPF nº 035.556.516-52 e da Carteira de Identidade nº MG 7.585.894 SSP/MG, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face do Pregão Eletrônico nº 90020/2025, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

O item 13.1 do edital em referência replica a referida norma. Considerando que a sessão de abertura está agendada para **09/12/2025**, a presente impugnação, protocolada nesta data, é manifestamente tempestiva.

2. DOS FATOS

A Impugnante, ao analisar o edital do Pregão Eletrônico nº 000335/2025, identificou vícios insanáveis no que tange aos requisitos e procedimentos da Prova de Conceito (POC), especificamente nos itens 4.5 e seguintes do Termo de Referência.

Os vícios encontrados são:

a) **Ambiguidade no prazo para preparação do piloto:** O item 4.5.8, 'a', do Termo de Referência estabelece um prazo de "**até 03 (dois) dias úteis**" para a preparação do ambiente da POC, gerando incerteza e insegurança jurídica.

b) Da Contradição Insanável entre Cláusulas e da Consequente Ausência de Critérios Objetivos de Avaliação

O edital, em sua redação atual, padece de uma **flagrante e insanável contradição** que viola de morte o princípio do julgamento objetivo, insculpido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

De um lado, o item **4.5.3** do Termo de Referência estabelece, de forma categórica, que "os requisitos a serem avaliados na POC são **aqueles descritos neste termo de referência**". A interpretação literal e sistemática desta cláusula, pelo uso do artigo definido "os" e do pronome "aqueles", impõe a conclusão de que a **totalidade (100%) dos requisitos** listados será objeto de avaliação e, por conseguinte, de exigência de cumprimento.

De outro lado, o item **4.5.4** (e a regra de atendimento de 90% a ele associada) estabelece um critério distinto, permitindo a aprovação da licitante que não atenda à integralidade dos requisitos. Cria-se, assim, uma **antinomia normativa** dentro do próprio instrumento convocatório, gerando um estado de completa insegurança jurídica para as licitantes.

Essa contradição resulta em duas consequências nefastas e ilegais:

1. **Impossibilidade de Formulação da Proposta e Preparação para a POC:** A licitante se vê diante de um dilema insolúvel: deve pautar sua solução e sua demonstração para atender a 100% dos requisitos, conforme sugere o item 4.5.3, ou pode considerar a margem de 10%, como indica a outra regra? A ausência de clareza sobre qual critério prevalecerá impede a preparação adequada e isonômica para o certame.
2. **Concessão de Poder Discricionário Arbitrário à Comissão de Avaliação:** A existência de duas regras conflitantes confere à comissão um poder inaceitável de, no momento do julgamento, escolher qual critério aplicar a cada licitante. A comissão poderá, de forma arbitrária e subjetiva, exigir 100% de uma empresa e se contentar com 90% de outra, o que caracteriza um atentado direto ao princípio do julgamento objetivo e abre perigoso precedente para o direcionamento da licitação.

Portanto, a menção genérica de que serão avaliados "os requisitos descritos neste termo de referência" não supre a necessidade de critérios objetivos. Pelo contrário, ao entrar em conflito com a regra de percentual, ela **agrava a subjetividade** e torna o procedimento de avaliação da POC nulo de pleno direito, por violar os princípios da transparência, da segurança jurídica, da isonomia e, fundamentalmente, do julgamento objetivo.

c) **Falsa Objetividade e Subjetividade no Critério de Reprovação:** O item 4.5.4 estabelece que será reprovada a licitante que "não conseguir demonstrar o atendimento do percentual mínimo dos

requisitos exigidos na POC". Ainda que outro ponto do edital defina este percentual em 90%, a cláusula continua a permitir o julgamento puramente subjetivo por duas razões principais:

- **Primeiro**, o edital não distingue entre **quesitos obrigatórios/essenciais** e **quesitos não obrigatórios/desejáveis**. Essa omissão cria uma falsa métrica de objetividade e abre a possibilidade de uma licitante ser aprovada sem atender a uma funcionalidade crítica, desde que cumpra 90% de requisitos secundários.
- **Segundo**, a ausência de um roteiro de testes com critérios claros para validar o "atendimento" de cada item permite que a equipe de avaliação decida de forma subjetiva se um requisito foi ou não cumprido podendo ainda os critérios variarem de empresa para empresa no caso de avaliação de mais de uma empresa.

Desse modo, a regra dos 90%, sem a devida discriminação e detalhamento, viola o princípio do julgamento objetivo (art. 5º da Lei 14.133/21), pois a comissão não está vinculada a critérios claros, objetivos e previamente definidos para aferir a real capacidade da solução ofertada.

Tais irregularidades ferem de morte os princípios da isonomia, do julgamento objetivo, da transparência e da competitividade, que norteiam as licitações públicas.

3. DO MÉRITO

3.1. Da Ambiguidade do Prazo e Violação à Segurança Jurídica

O item 4.5.8, 'a', do Termo de Referência apresenta uma contradição insanável ao estipular o prazo para preparação do piloto como **"03 (dois) dias úteis"**. A divergência entre o numeral e o extenso cria uma ambiguidade que viola o princípio da segurança jurídica e da clareza, que devem reger os atos da Administração Pública.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, preza pela observância do princípio da transparência, o que exige que as regras do certame sejam claras e unívocas, não deixando margem para interpretações dúbias que possam prejudicar os licitantes.

3.2. Da Ausência de Critérios Objetivos e Violação ao Princípio do Julgamento Objetivo

O vício mais grave do edital reside na completa ausência de critérios objetivos para a avaliação da Prova de Conceito. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 impõe à Administração o dever de observar o **princípio do julgamento objetivo**.

O edital falha ao não apresentar um roteiro de testes, um *checklist* de funcionalidades ou uma matriz de pontuação que detalhe:

- Quais funcionalidades são de atendimento obrigatório;
- Quais funcionalidades são classificatórias;
- Qual o peso de cada requisito na avaliação final.

A cláusula 4.5.4, que prevê a reprovação por não atendimento de um "percentual mínimo" sem definir qual é este percentual, é a materialização da subjetividade. Tal disposição confere à comissão de avaliação um poder discricionário ilimitado, permitindo que o julgamento seja pautado por impressões subjetivas, o que é expressamente vedado.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas é pacífica quanto à necessidade de critérios objetivos na avaliação de amostras e provas de conceito:

TCE-MG - EDITAL DE LICITAÇÃO 1135248, julgado em 24/09/2024, estabelece que a Administração deve prever critérios objetivos para garantir um julgamento isonômico e evitar a subjetividade na avaliação da Prova de Conceito.

EXCERTO: 3. A Administração deve prever, no edital, critérios objetivos para que a avaliação na prova de conceito seja realizada de forma que se garanta a todos os licitantes julgamento isonômico, na esteira do que tem decidido o Tribunal de Contas da União e esta Corte de Contas, com base em parâmetros claros e mensuráveis que inibam eventuais arbitrariedades por parte do Poder Público – mas com a cautela necessária para se evitar exigências excessivas, dispensáveis, impertinentes e irrelevantes. (TCE-MG - EDITAL DE LICITAÇÃO: 1135248, Relator: CONS. AGOSTINHO PATRUS, Data de Julgamento: 24/09/2024, PRIMEIRA CÂMARA, Data de Publicação: 18/12/2024). (g.n.).

A ausência desses critérios objetivos não apenas viola o princípio do julgamento objetivo, mas também restringe indevidamente a competitividade, pois os licitantes não têm como direcionar seus esforços e preparar suas propostas e demonstrações de forma adequada.



4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a Impugnante requer que Vossa Senhoria se digne a:

- a) **Acolher** a presente impugnação, por ser tempestiva e pertinente;
- b) No mérito, **retificar o edital** do Pregão Eletrônico nº 000335/2025 para:
 - b.1) Sanar a ambiguidade do item 4.5.8, 'a', do Termo de Referência, estabelecendo de forma clara e inequívoca o prazo para a preparação da Prova de Conceito;
 - b.2) Incluir no edital, como anexo, um **roteiro de avaliação detalhado para a Prova de Conceito**, que contenha, no mínimo, a lista de todas as funcionalidades a serem testadas, a definição de quais são obrigatórias e quais são classificatórias, e os critérios objetivos de pontuação e aprovação, definindo o percentual mínimo exigido de forma clara;
- c) Após as devidas correções, **republicar o edital** com a reabertura integral do prazo para apresentação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de garantir a isonomia e a ampla competitividade.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Barbacena/MG, 03 de dezembro de 2025.

HC Assessoria e Consultoria Ltda.

Pablo Herthel Candian

CPF 035.56.516-52